

ESTADO DE EMERGÊNCIA

O CONTROLE DO PODER
EM SITUAÇÃO DE CRISE

2ª EDIÇÃO

MARCELO LEONARDO TAVARES

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO, 2026

Sumário

1. Introdução	1
1. 1. O mundo em transformação no século XXI.....	1
1.2. Pressupostos terminológicos.....	6
1.3. Plano de trabalho	8
2. Estado de Direito e Estado de Exceção	17
2.1. Estado de Direito.....	17
2.2. Ditadura, soberania e exceção: um debate entre Carl Schmitt e Hermann Heller.....	22
2.3. Medidas de exceção no Estado de Direito X estado de exceção....	53
3. Modelos Institucionais de Estado de Emergência	59
3.1. O Estado em emergência: da teoria à prática	59
3.2. A Ditadura e o <i>Iustitium</i> romanos	61
3.3. O estado de sítio e a lei marcial.....	63
3.4. Estudo de casos de emergência	66
3.4.1. A Guerra Civil americana.....	66
3.4.2. A França e a Inglaterra na Primeira Guerra.....	72
3.4.3. A República de Weimar e o advento do nazismo.....	74
3.4.4. Os Estados Unidos na Segunda Guerra.....	78
3.4.5. A França na Guerra da Argélia.....	87

3.5. Critérios de distinção entre medidas de exceção no Estado de Direito e estado de exceção	92
3.5.1. Discriminação de atribuições	96
3.5.2. Temporariedade.....	98
3.5.3. Respeito ao objetivo.....	100
3.5.4. Controle de poder e proteção aos direitos individuais.....	100
4. A Crise do Estado de Direito Contemporâneo.....	105
4.1. Introdução.....	105
4.2. A difícil determinação da fronteira entre a normalidade e a exceção	107
4.2.1. Incorporação das medidas extravagantes à legislação comum...	108
4.2.2. A criação do limbo jurídico.....	113
4.2.3 Expansão da crise no espaço geográfico	124
4.2.4. Discriminação.....	126
4.3. Modelos contemporâneos de sistemas de enfrentamento de crises	133
4.3.1 Aplicação da legislação comum.....	133
4.3.2. Adoção de medidas extralegais.....	135
4.3.3. Constituição de emergência.....	140
4.3.4. Legislação de emergência	153
4.4. A questão mais sensível: tortura.....	158
4.4.1. O caso da bomba-relógio	158
4.4.2. Questões jurídicas	159
4.4.3. Questões Morais	165
4.4.4. A institucionalização do mal	167

5. Precaução e Emergência	177
5.1. Introdução	177
5.2. O princípio da precaução aplicado à situação de emergência	178
5.2.1 Fases de uso do princípio da precaução	183
5.2.2. Ética e responsabilidade democrática	187
5.2.3. Probabilidade e custo-benefício	190
5.2.4. Proporcionalidade	191
5.3. Fatores de distorção cognitiva na avaliação de risco	192
5.3.1. Fatores responsáveis pela distorção de cognição individual sobre os riscos de segurança.....	196
5.3.2. O Princípio da precaução e a correção das distorções emocionais	198
5.3.3. Agir, não agir, como agir	202
5.3.4. Correção dos fatores de distorção pelo Judiciário	208
5.4. Guerra de Precaução.....	212
5.5 Modelo da atuação do Estado no uso de medidas de precaução....	221
6. Estado de Defesa e Estado de Sítio no Brasil: Adequação aos Limites Jurídicos Internacionais e Constitucionais.....	225
6.1. Introdução.....	225
6.2. Os sistemas internacionais de proteção de direitos humanos durante emergências.....	226
6.2.1. O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos da ONU (PIDCP - ONU).....	227
6.2.2. A Convenção Americana de Direitos Humanos - Pacto de São José da Costa Rica (CADH)	236

6.2.3. Aplicação do sistema de proteção dos direitos humanos e do Direito Humanitário em crises decorrentes de conflitos internos e externos.....	248
6.2.4. Reflexo do sistema internacional de derrogação de normas de proteção dos direitos humanos no Direito brasileiro	253
6.3. O sistema de legalidade extraordinária brasileiro.....	257
6.3.1. O nascimento da República e o estado de sítio.....	257
6.3.2. Resumo dos institutos constitucionais históricos de enfrentamento de crise.....	269
6.3.3. Estruturas jurídicas comuns ao estado de defesa e ao estado de sítio na Constituição de 1988	278
6.3.4. Situações estritas de emergência, de intervenção federal e de utilização das Forças Armadas na garantia de lei e da ordem	279
6.3.5. Relevância do papel do Conselho de Defesa Nacional e do Conselho da República.....	285
6.3.6. Particularidades do estado de defesa.....	290
6.3.7. Particularidades do estado de sítio.....	300
7. Conclusão.....	311
Referências.....	331